



TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE MATERIAIS DE CONSUMO (MOLAS HIDRÁULICAS AÉREAS E DE PISO) PARA ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA DAS ESQUADRIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.



SUMÁRIO

1 DO OBJETO.....	3
2 DO MODELO DE EXECUÇÃO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	3
3 DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	3
4 DA JUSTIFICATIVA PARA O LOTE ÚNICO.....	4
5 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	5
6 DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E PROVA DE QUALIDADE	7
7 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS	7
8 DA EXECUÇÃO DO OBJETO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E LOGÍSTICA	8
9 DOS PRAZOS E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO	9
10 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES (CONTRATADA E CONTRATANTE)	11
11 DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	13
12 DOS CRITÉRIOS DE FATURAMENTO E PAGAMENTO	15
13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	16
14 DOS DOCUMENTOS E DEMAIS ANEXOS.....	17
15 DA IDENTIFICAÇÃO DOS ELABORADORES	18



1 DO OBJETO

O presente Termo de Referência objetiva estabelecer os parâmetros técnicos, critérios de qualidade e elementos descritivos necessários para o Registro de Preços visando à eventual e futura aquisição de materiais de consumo técnico (Molas Hidráulicas Aéreas e de Piso), destinados a suprir as demandas de manutenção preventiva, corretiva e de adequação de acessibilidade das edificações sob responsabilidade do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

O escopo desta contratação enquadra-se na categoria de Aquisição de Bens Comuns, nos exatos ditames do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de equipamentos padronizados, cujos padrões de desempenho mecânico, construtivo e de qualidade podem ser definidos neste instrumento por meio de especificações usuais de mercado e normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2 DO MODELO DE EXECUÇÃO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A seleção do fornecedor e a respectiva contratação dar-se-ão de forma direta, mediante Dispensa de Licitação Eletrônica em razão do valor, adotando-se o rito do Sistema de Registro de Preços (SRP), com a consequente formalização de Ata de Registro de Preços (ARP).

A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame terá prazo de vigência de **1 (um) ano**, contado a partir de sua assinatura, admitindo-se a sua prorrogação por igual período, desde que comprovada, mediante nova pesquisa de preços, a manutenção da vantajosidade das condições originais, em estrita obediência ao art. 84 da Lei nº 14.133/2021. A existência do preço registrado não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, preservando-se a discricionariedade do ente público.

3 DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A fundamentação desta contratação repousa nas análises carreadas ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) devidamente aprovado nos autos, atendendo ao disposto no art. 18, § 1º, inciso I, e art. 6º, inciso XXIII, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021. O ETP demonstrou cabalmente



que as edificações do MPRJ sofrem patologias estruturais e operacionais severas (poluição sonora, evasão de carga térmica do ar-condicionado e trincas em vidros temperados) causadas pelo impacto abrupto e descontrolado das portas.

Para mitigar os riscos e problemas descritos, a solução escolhida consiste na implementação contínua de dispositivos termomecânicos acumuladores de energia (Molas Hidráulicas). Considerando todo o ciclo de vida do objeto:

- **Fornecimento:** O mercado deverá fornecer equipamentos construídos com materiais de alta resistência (alumínio, aço inoxidável e retentores imunes a intempéries químicas), capazes de suportar o tráfego pesado das instalações públicas.
- **Operação:** Durante sua vida útil operativa, o equipamento deverá atuar passivamente, sem consumo de energia elétrica, restringindo o fluxo de óleo interno por meio de válvulas calibráveis (pinhão e cremalheira), proporcionando o fechamento suave das portas para restabelecer a segurança e a acessibilidade (em atendimento à NBR 9050).
- **Desfazimento:** Encerrado o ciclo de vida útil ou em caso de avaria irreparável, o MPRJ recolherá as carcaças (compostas por metais densos e fluidos sintéticos) para destinação correta de descarte ou alienação como sucata, evitando a contaminação do solo e observando as diretrizes de sustentabilidade da Administração.

4 DA JUSTIFICATIVA PARA O LOTE ÚNICO

A diretriz primária das contratações públicas, consagrada na Súmula nº 247 do TCU e no art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, é o parcelamento do objeto. Contudo, atuando sob a premissa da racionalidade administrativa e com fulcro expresso no **artigo 40, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, a equipe de planejamento estabelece que o objeto desta licitação **NÃO será parcelado** em itens ou lotes isolados (ex: separação entre molas aéreas e molas de piso), sendo licitado sob a formatação de **Lote Único Global**.

- **Fundamentação Econômica e Risco de Desinteresse (Licitação Deserta):** A presente demanda possui uma materialidade financeira preliminarmente estimada pela área técnica em patamar inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). O fatiamento de um valor tão exíguo em lotes isolados pulverizaria a economia de escala logística.



Itens isolados de baixíssimo valor tornam-se comercialmente inatrativos para os distribuidores frente aos custos fixos de frete (modalidade CIF), tributação e operação para entrega na sede do MPRJ, gerando o risco iminente de licitação deserta ou fracassada.

- **Racionalização de Custos de Gestão:** Gerir múltiplas Atas de Registro de Preços para itens correlatos de tão baixa monta multiplicaria exponencialmente os custos transacionais e burocráticos (custo de controle) da Administração, ferindo frontalmente o princípio da eficiência. A aglutinação garante a atratividade do certame e otimiza a gestão fiscalizatória.

A adoção do Lote Único de ampla concorrência não afasta, sob nenhuma hipótese, o dever legal de fomento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP). Em estrita observância aos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Considerando a natureza da contratação e a adoção do Sistema de Registro de Preços para o fornecimento fracionado de bens comuns, os requisitos de habilitação serão aferidos de forma racional e desburocratizada, concentrando-se na demonstração objetiva da capacidade da empresa para honrar o compromisso assumido. A verificação da regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista dar-se-á, prioritariamente, mediante consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

Regularidade jurídica:

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

No caso de microempreendedor individual: certificado da condição de microempreendedor individual, acompanhado do documento de identificação da pessoa física/microempreendedor;

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada



- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

No caso de sociedades anônimas (por ações), o Estatuto Social deverá vir acompanhado: (I) dos documentos de eleição de seus administradores; (II) da publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, ou a veiculação na imprensa oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, na forma do art. 94 c/c art. 289 da Lei nº 6.404/76;

No caso de proponente estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, se for o caso.

Regularidade fiscal e trabalhista:

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, através da apresentação das respectivas certidões negativas de débito ou positivas com efeito de negativas do domicílio fiscal ou sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, ressalvada a hipótese de a proponente não ser contribuinte de um destes órgãos, caso em que deverá



apresentar a Certidão de Não Contribuinte;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

6 DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E PROVA DE QUALIDADE

As propostas deverão ser apresentadas na forma do Anexo II – Planilha Orçamentária.

Na proposta de preço deverá constar:

- Seu prazo de validade o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- A discriminação detalhada dos materiais ofertados, incluindo, quando aplicável, marca e modelo;
- A quantidade solicitada;
- O valor unitário e total;
- O prazo de entrega;
- A garantia, quando aplicável;
- Dados relacionados à sociedade empresária, como nome fantasia, razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefones de contato e e-mail.

O Ministério Público poderá solicitar, se necessário, catálogos, prospectos, desenhos, declarações de fabricantes, assistência técnica ou quaisquer outras informações não apresentadas anteriormente ou necessárias ao esclarecimento do objeto.

Os catálogos, prospectos, desenhos e detalhes mencionados no item anterior e encaminhados pela licitante, passarão a ser de propriedade deste Ministério Público.

7 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS

O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE ÚNICO**, consagrando-se vencedora a proposta que apresentar a maior vantajosidade econômica para o somatório dos itens, desde que atenda a todas as exigências técnicas, de habilitação e de prova documental de qualidade (catálogo) dispostas neste instrumento.



Será desclassificada a proposta que apresentar valor superior ao teto máximo estimado pela Administração, bem como aquela que consignar preços unitários manifestamente abusivos, incompatíveis com a realidade do mercado ou que não atenda às exigências técnicas, de habilitação e de prova documental de qualidade exigidas neste instrumento.

8 DA EXECUÇÃO DO OBJETO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E LOGÍSTICA

Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), a execução do objeto não ocorrerá em lote único imediato. O fornecimento será estritamente fracionado, deflagrado exclusivamente mediante a emissão de Notas de Empenho expedidas pela Administração, as quais detalharão as quantidades exatas e as especificações de potência das molas hidráulicas requisitadas para o período.

A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a solicitar a totalidade do quantitativo estimado, não cabendo à Contratada qualquer pleito indenizatório por eventuais saldos não executados ao final da vigência do instrumento.

A Contratada disporá do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para efetuar a entrega dos materiais, cujo termo inicial dar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao recebimento eletrônico da respectiva Nota de Empenho. O prazo estipulado poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que a Contratada apresente solicitação formal e fundamentada antes do seu vencimento, cabendo à Administração, a seu critério, analisar os motivos expostos e conceder a autorização prévia e expressa para a dilação do prazo.

A entrega deverá ser previamente agendada junto à Fiscalização da Gerência de Manutenção Civil (GMC), mediante envio de e-mail para sea.dom.gmc@mprj.mp.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ocorrendo exclusivamente em dias úteis e dentro do horário de expediente regular da unidade (das 10h às 17h), no Almoxarifado Central do MPRJ ou em localidade específica na cidade do Rio de Janeiro expressamente indicada no pedido.



A Contratada assumirá a responsabilidade integral e exclusiva por todos os custos operacionais de transporte, frete, pedágios, seguros, tributos e, precipuamente, pelo descarregamento físico das caixas e alocação dos materiais no local exato indicado pela Fiscalização do MPRJ.

É terminantemente vedado à Contratada ou à transportadora por ela contratada requisitar o auxílio de servidores, terceirizados ou seguranças do MPRJ para a movimentação das cargas. Os profissionais designados para a entrega deverão comparecer munidos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à movimentação ergonômica de peso.

Tendo em vista que o escopo da contratação se restringe à estrita aquisição de bens comuns padronizados de mercado, fica terminantemente vedada a subcontratação, a cessão ou a transferência, total ou parcial, do objeto da Ata de Registro de Preços.

- Excepciona-se desta vedação, por óbvio, a contratação de empresas transportadoras de carga exclusivamente para a realização do frete logístico, permanecendo a Contratada (signatária da Ata) como única e exclusiva responsável perante o MPRJ por eventuais avarias, atrasos ou extravios decorrentes do transporte.

9 DOS PRAZOS E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO

O rito de inspeção e aceite do material observará estritamente a sistemática bifásica (provisória e definitiva) preconizada no **artigo 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, constituindo etapa fundamental de controle interno.

Do Recebimento Provisório (Ato da Entrega):

Dar-se-á de forma sumária no exato momento da descarga dos materiais, pelo servidor responsável pelo almoxarifado ou pela equipe da GMC, mediante assinatura no canhoto da Nota Fiscal ou Documento Auxiliar de Transporte.



- O Recebimento Provisório limitar-se-á à conferência quantitativa dos volumes entregues e à verificação da integridade externa das embalagens.
- A identificação de caixas violadas, umedecidas ou em quantidade divergente da Nota de empenho ensejará a recusa imediata da carga, devendo a transportadora retornar com o material para a devida regularização no prazo legal.

Do Recebimento Definitivo (Inspeção Técnica):

Dar-se-á no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do Recebimento Provisório, por meio do Fiscal Técnico do Contrato designado.

- Nesta etapa, a equipe de engenharia/manutenção abrirá os invólucros por amostragem para atestar:

a) Se as molas hidráulicas (marca e modelo) correspondem fidedignamente àquelas aprovadas na etapa documental (catálogo) do certame;

b) Se as peças se encontram em perfeito estado, isentas de ressecamento de retentores, pontos de oxidação e, principalmente, livres de qualquer vazamento prévio de fluido termomecânico;

c) Se acompanham os periféricos obrigatórios para montagem.

- Atendidos todos os requisitos, o Fiscal lavrará o correspondente Termo de Recebimento Definitivo (ou ateste na Nota Fiscal), documento este indispensável e condicionante para a liquidação da despesa.

Em estrita harmonia com a jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas e os preceitos do Código Civil, resta expressamente consignado que o ateste de "Recebimento Definitivo" pela Fiscalização tem o condão de atestar a conformidade aparente e quantitativa do lote entregue, **não atuando como excludente de ilicitude, renúncia à garantia ou perdão da Administração.**



- O aceite não exime, não atenua e não extingue a responsabilidade civil, administrativa e técnica da Contratada caso o material venha a apresentar vícios redibitórios (ocultos), tais como o rompimento prematuro da mola espiral ou ineficácia do sistema de retenção de velocidade, detectados apenas no momento de sua instalação física nas portas do MPRJ ou durante a fruição do prazo de garantia contratual estipulado.

10 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES (CONTRATADA E CONTRATANTE)

A assinatura da Ata de Registro de Preços e o recebimento das Ordens de Fornecimento geram para as partes obrigações vinculantes, objetivas e inafastáveis, cuja inobservância caracterizará inexecução, sujeitando o infrator às sanções legais.

Das Obrigações da Contratada:

Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, em especial as diretrizes do **artigo 92 da Lei nº 14.133/2021** e do Código de Defesa do Consumidor (aplicável subsidiariamente), constituem obrigações da Contratada:

- Da Fidelidade ao Objeto: Fornecer as molas hidráulicas (aéreas e de piso) de acordo com as especificações técnicas, marca, modelo e potência aprovadas na etapa de Prova de Qualidade Documental (Catálogo). É terminantemente vedada a alteração unilateral da marca adjudicada sob a alegação de desabastecimento, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e condicionado à aceitação prévia da Administração por produto de qualidade igual ou superior.
- Dos Insumos de Interoperabilidade (Kits de Instalação): Entregar cada equipamento em sua embalagem individual, original e lacrada de fábrica. A caixa deverá conter, obrigatoriamente, além do corpo principal da mola:
 - a) O braço articulado original correspondente;
 - b) O conjunto completo de parafusos e buchas dimensionados pelo fabricante para fixação em alvenaria, madeira ou metal;



c) O manual técnico de instalação, operação e regulação em idioma português;

d) O gabarito de furação em escala real (1:1), peça indispensável para garantir o alinhamento dos eixos e mitigar o risco de perda de garantia por erro de furação.

- Da Reparação e Substituição sem Ônus (Art. 119 da Lei nº 14.133/2021): Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas e no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação oficial, as molas hidráulicas que apresentarem avarias de transporte, vazamento de fluido, ausência de componentes ou que não superarem a inspeção do Recebimento Definitivo. Todos os custos de logística reversa (frete de devolução e nova entrega CIF) recairão integralmente sobre a Contratada.
- Da Manutenção das Condições de Habilitação: Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, regularizando eventuais pendências fiscais ou trabalhistas no SICAF sob pena de retenção de pagamentos e rescisão contratual.
- Do Compliance, Integridade e LGPD: Instruir seus prepostos e os funcionários da transportadora a observarem as normas internas de segurança do MPRJ durante o descarregamento. Fica expressamente vedado fotografar áreas sensíveis do órgão (conforme Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018) ou oferecer brindes e vantagens a servidores públicos (conforme Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846/2013).

Das Obrigações do Contratante (MPRJ):

Em estrita observância aos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, constituem obrigações e prerrogativas inafastáveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro:

- Da Gestão e Fiscalização (Art. 117 da Lei nº 14.133/2021): Designar formalmente, nos autos do processo, os agentes públicos que atuarão como Gestor e Fiscais



(Técnico e Administrativo) da Ata de Registro de Preços e dos empenhos dela decorrentes. A estes competirá o acompanhamento rigoroso do cumprimento dos prazos de entrega, a inspeção qualitativa e o ateste nos documentos fiscais.

- Do Acesso e Condições Logísticas: Garantir à transportadora designada pela Contratada o livre acesso às dependências do Almoxarifado Central (ou outro local indicado), nos dias e horários previamente agendados, providenciando as liberações necessárias junto à segurança predial para viabilizar a descarga fluida dos materiais.
- Da Notificação de Irregularidades: Comunicar formalmente à Contratada, por escrito e com a respectiva fundamentação técnica, toda e qualquer falha, vício oculto ou irregularidade constatada nos equipamentos, fixando prazo irrevogável para a sua substituição.
- Do Adimplemento Financeiro: Efetuar o pagamento devido à Contratada, pela exata quantidade de molas efetivamente entregues e atestadas, no prazo e nas condições estabelecidas no presente Termo de Referência, observando rigorosamente a ordem cronológica de exigibilidade.

11 DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Em estrita observância ao **artigo 92, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021** os bens fornecidos estarão sujeitos a regras de garantia contra defeitos de fabricação, fadiga de material e vícios redibitórios.

A Contratada deverá assegurar, com o respaldo incondicional do fabricante, garantia técnica integral contra defeitos de usinagem, montagem e vazamento das molas hidráulicas por um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo de cada remessa individual.

Caso o fabricante do equipamento ofertado conceda, em sua política comercial padrão, prazo de garantia superior ao mínimo exigido neste Termo de Referência, prevalecerá



o prazo maior em benefício da Administração Pública.

A licitante vencedora deverá entregar, juntamente com o material de cada nota de empenho, o respectivo Certificado de Garantia original emitido pelo fabricante.

A garantia exigida deverá cobrir, obrigatoriamente e sem qualquer ônus financeiro para o MPRJ, entre outras, as seguintes anomalias intrínsecas ao produto em condições normais de uso comercial:

- a) Vazamento ou exsudação do fluido hidráulico pelo eixo do pinhão, válvulas de ajuste ou corpo do cilindro;
- b) Rompimento interno da mola espiral tensionadora, caracterizado pela perda súbita de força de fechamento;
- c) Quebra ou fadiga metálica do braço articulado original;
- d) Oxidação estrutural acelerada da caixa base de aço inoxidável (no caso específico das molas de piso) decorrente de porosidade do metal, salvo se comprovada a exposição a agentes corrosivos não recomendados.

Constatada a falha coberta pela garantia, a Fiscalização do MPRJ notificará a Contratada por correio eletrônico, instruindo a comunicação com fotos ou vídeos do defeito.

A Contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para providenciar a coleta do equipamento avariado no endereço do MPRJ e efetuar a entrega de uma nova mola hidráulica, rigorosamente idêntica à originalmente licitada.

Todos os custos inerentes à logística reversa (frete de recolhimento, remessa ao fabricante, análise laboratorial e frete de entrega da nova peça) recairão integral e exclusivamente sobre a Contratada.

Tendo em vista a natureza desta contratação, resta expressamente pactuado que a Contratada não possuirá responsabilidade civil sobre vícios decorrentes de falhas comprovadas na execução da instalação física nas esquadrias prediais, as quais são de risco da



Administração.

- Inversão do Ônus da Prova: Contudo, considerando que a instalação será promovida por equipe técnica qualificada do órgão (GMC) utilizando-se o gabarito oficial em escala 1:1 fornecido pela Contratada, é vedado à empresa ou ao fabricante presumir, de forma unilateral e sem laudo técnico independente e fundamentado, que eventual vazamento ou quebra seja decorrente de falha de instalação para se eximir da cobertura de garantia.

Na hipótese de acionamento da garantia e efetiva substituição de molas viciadas, o prazo de garantia legal e contratual será interrompido e **reiniciado integralmente** para o novo equipamento fornecido, a contar da data de sua efetiva entrega e aceite definitivo no MPRJ.

12 DOS CRITÉRIOS DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

Em estrita observância às normas de Direito Financeiro, aos preceitos da **Lei nº 14.133/2021** e à **Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022**, o rito de liquidação e pagamento da despesa decorrente desta contratação obedecerá às seguintes diretrizes, visando à proteção do erário e à transparência das contas públicas:

- Considerando a modelagem de execução via Sistema de Registro de Preços (SRP), o faturamento ocorrerá de forma fracionada, estritamente vinculado ao quantitativo de molas hidráulicas efetivamente requisitado em cada Nota de empenho e entregue pela Contratada.
- É terminantemente vedada a realização de pagamento antecipado. A liquidação da despesa está inafastavelmente condicionada à prévia lavratura do Termo de Recebimento Definitivo (ou ateste equivalente no corpo da nota) pela Fiscalização da Gerência de Manutenção Civil (GMC), o qual comprovará a entrega perfeita dos materiais e dos insumos de interoperabilidade (gabaritos, braços e manuais).

O pagamento será efetuado mediante crédito em conta bancária de titularidade da Contratada (matriz ou filial que emitiu a nota), no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da data de atestação (liquidação) da Nota Fiscal Eletrônica pela Fiscalização



do MPRJ.

O processamento do pagamento observará a **ordem cronológica de exigibilidade** para a categoria de contratos de "fornecimento de bens", em obediência ao art. 141, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, devendo a Administração conferir publicidade a essa fila de pagamentos.

13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações pactuadas, bem como a inobservância das normas de conduta, atrairá a responsabilização objetiva da Contratada. A aplicação de qualquer penalidade será precedida da instauração de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, em estrita obediência aos **artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021**.

Comete infração administrativa, sujeitando-se às penalidades legais, a Contratada (ou licitante vencedora) que:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução total da contratação;
- III. Entregar os equipamentos com vícios de qualidade, ou entregar marca/modelo de linha residencial divergente do catálogo técnico aprovado na fase de julgamento;
- IV. Deixar de entregar a documentação acessória essencial à interoperabilidade e garantia do bem (Certificado de Garantia do fabricante, manuais e gabaritos de furação 1:1);
- V. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, apresentando declarações inverídicas para fraudar os requisitos de acessibilidade (NBR 9050) ou de durabilidade (NBR 16835).

A Administração aplicará as sanções considerando a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para o MPRJ e as circunstâncias agravantes ou atenuantes, consistindo em:

- Advertência: Aplicável por faltas leves, assim entendidas aquelas que não



acarretem prejuízos significativos ao erário, desde que a Contratada sane o vício no prazo estipulado pela Fiscalização.

- Multa Moratória (Atraso): 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia corrido de atraso injustificado, calculada estritamente sobre o valor da Nota de empenho (Nota de Empenho) em atraso, até o limite de 10% (dez por cento).
- Multa Compensatória (Inexecução): Variável de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o saldo total da Ata de Registro de Preços (em caso de abandono total), aplicável cumulativamente com as demais sanções. O valor da multa será retido cautelarmente dos pagamentos devidos à Contratada.
- Impedimento de Licitar e Contratar: Aplicável nos casos de inexecução ou retardamento grave, com prazo máximo de até 3 (três) anos, com abrangência na Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro.
- Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar: Aplicável nos casos de fraude à licitação, entrega dolosa de equipamentos falsificados/adulterados ou conduta inidônea grave, com prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, com abrangência em todas as esferas de governo.

14 DOS DOCUMENTOS E DEMAIS ANEXOS

Os documentos listados neste capítulo constituem anexos físicos e lógicos indissociáveis do presente Termo de Referência, possuindo idêntico valor jurídico, técnico e normativo. A futura Contratada, bem como as empresas participantes da fase preparatória de pesquisa de preços e seleção, obrigam-se a observar irrestritamente as diretrizes, especificações e métricas neles contidas, sob pena de desclassificação sumária da proposta ou sanção por inexecução contratual.

Integram este Termo de Referência os seguintes anexos:

- **ANEXO I – Especificações Técnicas Detalhadas dos Materiais**



- ANEXO II – Planilha Orçamentária
- ANEXO III – Acesso ao Local de Entrega

15 DA IDENTIFICAÇÃO DOS ELABORADORES

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Setor	Responsável/Cargo	Assinatura
GMC	Carlos Alberto Maciel Santos (Gerente de Manutenção Civil)	
GMC	Patrícia Franklin Figueiredo De Sousa Brito (Ocupante Exclusivo de Cargo em Comissão)	
GMC	Mario da Silva Pereira (Encarregado Administrativo)	

ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Setor	Responsável/Cargo	Assinatura
GMC	Mylena dos Santos Moreira (Assistente Administrativo)	

AUTORIZAÇÃO PARA SEGUIMENTO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Responsável / Cargo	Assinatura
Maurício Faria Barbosa (Ocupante Exclusivo de Cargo em Comissão)	